

**XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A
("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)
Relatório dos Auditores Independentes – Demonstrações Contábeis

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço Patrimonial.....	10
Demonstração do Resultado.....	12
Demonstração do resultado Abrangente.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstração do valor adicionado.....	15
Demonstração dos fluxos de caixa.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. em Recuperação Judicial

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Xinguara Indústria e Comércio S.A em Recuperação Judicial, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xinguara Indústria e Comércio S.A em Recuperação Judicial, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia vem acumulando prejuízos sucessivos em suas operações, apresentando em 31 de dezembro de 2017 prejuízo acumulado de R\$ 82,3 milhões e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 39,6 milhões. Dessa forma, apesar da melhora dos resultados apresentados nos últimos exercícios, saindo de um prejuízo de R\$ 21,0 milhões em 2013 para um lucro líquido de R\$ 5,5 milhões em 2017, a liquidação de seus passivos de curto prazo, assim como a reversão do cenário de patrimônio líquido negativo, depende do resultado das medidas adotadas para realinhamento dos seu processos e evolução da situação econômica e do mercado. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, no caso de insucesso das medidas adotadas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 24, em decorrência das mudanças de políticas contábeis, os valores correspondentes ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 e as correspondentes às demonstrações de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Realização dos créditos tributários federais e estaduais

Neste exercício a companhia aderiu ao Programa de Especial de Regularização Tributária - PERT instituído pela lei no 13.496/2017 relativamente à parte dos débitos previdenciários no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB no montante consolidado de R\$ 29.2 milhões, considerando a disponibilidade de caixa e as ações para recuperabilidade ante ao mercado.

Conforme Nota Explicativa Nº 18, a Companhia possuía registrado, em 31 de dezembro de 2016 o montante total de R\$ 21.5 milhões de créditos tributários diferidos, ativos de imposto de renda e contribuição social, oriundos de prejuízo fiscal. Em decorrência dessa adesão, os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de registrados no ativo não circulante foram reduzidos em R\$ 18.3 milhões pela utilização no PERT para liquidação de parte da dívida. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de recuperação judicial

(Conforme nota explicativa 17 Recuperação judicial)

A Companhia obteve homologação no pedido de recuperação judicial no dia 15 de abril de 2014 e em 22 agosto de 2016 repactuou as condições do plano de recuperação por meio de aditivo. Com a adesão desse aditivo a empresa reconheceu como deságio o montante total de R\$ 11.087.417. O risco mais significativo em relação ao plano de recuperação judicial está relacionado ao cumprimento de todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes das condições do plano de recuperação judicial, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes do plano de recuperação judicial, considerando, entre outros, os controles relacionados à totalidade;
- Análise das liquidações financeiras das obrigações de curto prazo ocorridas dentro do exercício, certificando o cumprimento do fluxo de pagamento estabelecidos no aditivo do plano de recuperação judicial;
- Análise dos registros contábeis e seus efeitos decorrentes da repactuação do plano de recuperação judicial registrado contabilmente em 30 de setembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 13 de abril de 2018.



**BAKER TILLY
BRASIL**

Marcelo Sávio
BAKER TILLY BRASIL RECIFE
Auditores Independentes S/S
CRC-PE 390/O

Marcelo Sávio
Marcelo Sávio da Silveira Alves
Contador CRC-PE 11.540/O-1

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Balanço Patrimonial ativo Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

ATIVO

	<u>NOTA</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTE			(ajustado)
Disponível	4	116.587	133.828
Clientes	5	62.201.047	49.259.829
Estoques	7	29.478.052	11.910.814
Tributos a recuperar	6	15.652.912	19.249.412
Adiantamentos diversos	8	11.065.146	15.264.022
Outros créditos	-	2.307.711	2.889.358
		<u>120.821.454</u>	<u>98.707.262</u>
NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos	-	360.069	360.069
Depósito judiciais	-	417.726	250.534
Tributos diferidos	9	3.204.055	21.509.422
Imobilizado	10	71.114.411	73.871.073
Intangível	-	161.161	164.924
		<u>75.257.423</u>	<u>96.156.022</u>
		<u>196.078.878</u>	<u>194.863.285</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Balanço Patrimonial passivo Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

PASSIVO

	NOTA	2017	2016
CIRCULANTE			(ajustado)
Fornecedores	11	37.229.670	25.874.420
Empréstimos e financiamentos	12	68.560.670	64.228.809
Parcelamento de tributos e contribuições	13	2.249.431	2.249.885
Obrigações sociais e trabalhistas	14	18.804.943	28.836.914
Obrigações tributárias	15	232.246	564.025
Adiantamento de clientes	16	21.588.786	21.098.644
Recuperação judicial	18	1.875.000	2.975.960
Outros contas a pagar	-	3.856.803	3.079.354
Provisões para riscos e demandas judiciais	20	501.853	394.665
		154.899.402	149.302.676
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	11.856.275	-
Debêntures	17	4.229.714	4.229.714
Parcelamento de tributos e contribuições	13	19.578.891	20.100.585
Obrigações tributárias	15	-	1.368.268
Tributos diferidos	-	14.241.918	15.680.168
Recuperação judicial	18	30.954.060	46.420.605
		80.860.857	87.799.340
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital social		22.560.580	22.560.580
Ajuste de avaliação patrimonial		20.134.209	23.250.971
Prejuízos acumulados		(82.376.170)	(88.050.282)
		(39.681.381)	(42.238.731)
		196.078.878	194.863.285

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	NOTA	2017	2016
Receita operacional líquida	21	707.238.881	609.426.772
Custo dos produtos vendidos	22	(625.820.755)	(533.506.226)
LUCRO BRUTO		81.418.125	75.920.545
DESPESAS OPERACIONAIS/OUTRAS RECEITAS			
Com vendas		(45.322.397)	(38.329.290)
Gerais e administrativas		(25.514.333)	(24.435.042)
Depreciação e amortização		(2.275.446)	(1.067.599)
Com recuperação judicial		(559.655)	(1.529.555)
Tributárias		(615.680)	(1.335.534)
Outras despesas		(525.421)	(449.147)
Outras receitas		22.080.602	10.295.147
		(52.732.330)	(56.851.019)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		28.685.796	19.069.526
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		2.388.858	1.431.804
Despesas financeiras		(25.554.856)	(28.563.165)
		(23.165.999)	(27.131.361)
Outras receitas e despesas Não oper.			
Outras receitas não operacionais		154.316	-
Lucro antes do IR e CSLL		5.674.113	(8.061.835)
Imposto de renda e contribuição social			
Do exercício fiscal		-	-
Diferidos		-	-
Lucro líquido		5.674.113	(8.061.835)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício	5.674.113	(8.061.835)
Depreciação s/ Avaliação de Ativos	(3.116.763)	(4.555.013)
Ajuste de Exercícios Anteriores		(1.419.166)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>2.557.350</u>	<u>(14.036.014)</u>
Resultado Abrangente Atribuível a:		
Acionistas da Empresa	<u>2.557.350</u>	<u>(14.036.014)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	Capital Social	Ajuste de avaliação	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.560.580	26.367.735	(77.890.489)	(28.962.175)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.116.763)	-	(3.116.763)
Resultado do Exercício	-	-	(8.061.834)	(8.061.834)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	22.560.580	23.250.972	(85.952.323)	(40.140.772)
Retificação de erro (nota 24)	-	-	(2.097.959)	(2.097.959)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Ajustado)	22.560.580	23.250.972	(88.050.282)	(42.238.731)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.116.763)	-	(3.116.763)
Resultado do Exercício	-	-	5.674.113	5.674.113
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	22.560.580	20.134.209	(82.376.170)	(39.681.381)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Venda de Mercadorias	716.576.263	618.246.966
Outras Receitas Operacionais	22.234.918	10.295.147
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(787.078)	(669.823)
	<u>738.024.102</u>	<u>627.872.290</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo das Mercadorias Vendidas	(563.421.520)	(487.688.445)
Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	(92.238.861)	(77.345.916)
(Perda)/Recuperação de valores ativos	(106.027)	(71.976)
Provisões para Contingências		(153.202)
	<u>(655.766.408)</u>	<u>(565.259.539)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>82.257.694</u>	<u>62.612.751</u>
RETENÇÕES		
Depreciação e Amortização	(2.547.181)	(1.077.599)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>79.710.514</u>	<u>61.535.152</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	2.388.858	1.431.804
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>82.099.371</u>	<u>62.966.957</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	40.917.340	32.309.897
Impostos, Taxas e Contribuições	10.230.852	10.155.728
Despesas Financeiras	25.277.067	28.563.165
Prejuízo líquido do exercício	5.674.113	(8.061.834)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>82.099.371</u>	<u>62.966.957</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (EM REAIS)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (ajustado)
Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	5.674.113	(8.061.835)
Itens do resultado que não afetam o caixa e mutações patrimoniais aplicado nas atividades operacionais		
Tributos diferidos	(1.438.250)	(1.438.250)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(2.097.959)
Despesas com juros	22.098.646	24.398.755
Variação cambial	(132.281)	(188.740)
Deságio obtidos sem efeito caixa	(11.873.135)	(9.388.293)
Depreciação	6.882.761	5.600.052
Provisões para Contingências	107.188	(213.247)
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.116.763)	(3.116.763)
Atualiz. de impostos com pedido de ressarcimento	(997.142)	-
	<u>17.205.136</u>	<u>5.493.719</u>
(Aumento) redução de ativos operacionais:		
Clientes	(12.843.343)	(6.242.688)
Tributos a recuperar	9.158.384	(4.155.705)
Estoques	(3.742.098)	(4.235.384)
Adiantamentos a fornecedores	4.198.876	(4.891.808)
Outros créditos	505.094	(1.607.656)
Depósitos judiciais	(175.155)	(131.869)
	<u>(2.898.242)</u>	<u>(21.265.110)</u>
Aumento (redução) de passivos operacionais:		
Fornecedores	10.254.290	7.344.075
Obrigações tributárias	(1.800.516)	432.515
Obrigações sociais e trabalhistas	(13.941.354)	9.351.659
Adiantamentos de clientes	524.548	11.563.850
Outras contas a pagar	777.450	(1.100.238)
	<u>(4.185.583)</u>	<u>27.591.860</u>
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>10.121.312</u>	<u>11.820.469</u>
Atividades de Investimentos		
Imobilizado	(4.146.055)	(4.487.031)
Intangível	23.719	(37.884)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(4.122.337)</u>	<u>(4.524.914)</u>
Atividades de Financiamentos		
Aquisição de empréstimos	16.022.451	13.917.142
Pagamentos da Recuperação Judicial	(3.798.305)	(5.706.147)
Parcelamento de tributos	(2.098.689)	(1.040.325)
Juros pagos	(16.141.674)	(14.927.978)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	<u>(6.016.216)</u>	<u>(7.757.307)</u>
Aumento/Diminuição do Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(17.242)</u>	<u>(461.753)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	133.828	595.581
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	116.587	133.828
Varição no Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(17.242)</u>	<u>(461.753)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Xinguara Indústria e Comércio S.A (“Em Recuperação Judicial”) é uma sociedade por ações, com sede no Município de Xinguara, Estado do Pará.

A Companhia tem como atividade preponderante o abate de bovinos, a frigorificação, a industrialização e a comercialização, nacional e internacional, de carnes e seus produtos e subprodutos derivados, assim como os demais resíduos de valor econômico, podendo exercer todas as atividades inerentes à consecução desse objeto, podendo, também, participar do capital de outras sociedades, inclusive como acionista ou quotista.

A Companhia está em recuperação judicial desde abril de 2013 e a administração vem reestruturando operacionalmente a Companhia, contando com o suporte de consultoria nacional com expertise em reestruturação financeira. Desde essa data, os resultados da Companhia vêm apresentando melhoras e estamos otimistas com o seu futuro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas brasileiras e internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

2.2 Moeda funcional, moeda de apresentação e conversão em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia também considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 Contas a receber de clientes

São apresentados os valores presentes e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações contábeis. É constituída perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.3 Estoques

O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo médio de aquisição ou produção, que não supera o valor líquido de realização. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.4 Depósitos judiciais

O depósito judicial é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto e a penhora. Na Xinguara os depósitos judiciais são contabilizados e individualizados por processo.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

Diferido

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 9%.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Corrente

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240.000 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

3.6 Imobilizado

Terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e instalações industriais compreendem, principalmente, a unidade industrial localizada no Município de Xinguara – Pará, e estão avaliados a valor justo (na data de transição), os demais bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução do valor recuperável (se aplicável).

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos, caso não incrementem mais de um ano na vida útil do bem.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.7 Redução a valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.8 Intangível

Os intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros de um intangível já reconhecido. Os demais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e da perda por redução ao valor recuperável acumulada.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Marcas e patentes	10 a 20 anos
Custos de desenvolvimento capitalizados	5 a 7 anos
Contrato de concessão de serviços	5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.9 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de matérias-primas, mercadorias e outros materiais. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

3.10 Provisões

Geral

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso será reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante

Provisões para Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

3.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante, obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais.

3.12 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

3.13 Ajuste de avaliação patrimonial

São classificados como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Os valores registrados nessa conta serão transferidos para o resultado do exercício à medida que os ativos e passivos forem sendo realizados.

3.14 Apuração do resultado

A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos. A receita pela venda de produtos é reconhecida no momento da saída dos produtos para entrega, uma vez que o risco de não ser concretizado a venda é remota. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Refere-se ao saldo em caixa, em bancos e em aplicações financeiras e está apresentado da seguinte forma:

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Caixa	20.966	5.954
Bancos	77.419	113.401
Aplicações de liquidez imediata	18.202	14.473
	116.587	133.828

5. CLIENTES

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Duplicatas a receber – Mercado interno	52.458.146	47.252.196
Duplicatas a receber – Mercado externo	11.230.191	2.838.318
PCLD	(1.487.290)	(830.685)
	62.201.047	49.259.829

Os valores de clientes estão classificados no curto prazo, pois possuem data de recebimento inferior a um ano. Os valores a receber dos clientes do mercado externo são atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes na data do encerramento do exercício.

Em 2017 a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para títulos vencidos a mais de 90 dias, montante considerado suficiente pela administração uma vez que a companhia não tem histórico relevante de problemas com recebimentos dos clientes.

6. Tributos a recuperar

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
ICMS	1.239.893	287.766
PIS/COFINS	23.726.138	16.892.146
IRPJ/CSLL	3.328.952	1.972.448
Demais créditos tributários	1.098.554	97.052
	29.393.537	19.249.412

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

6.1. ICMS

O saldo credor de ICMS na filial em São Paulo é referente aos créditos pelas aquisições de matérias-primas, insumos e materiais de embalagens superior aos débitos gerados pelas vendas internas, sendo as exportações isentas do imposto. A companhia vem pleiteando junto ao Estado de São Paulo a liberação desses créditos para serem utilizados nas aquisições de embalagens, energia elétrica e ativos imobilizados ou no recebimento em espécie.

6.2. PIS e COFINS

Referem-se a créditos não cumulativos de PIS e COFINS de acordo com as Leis 10.637/02 e 10.833/03, oriundos das aquisições de insumos, embalagens, manutenção de máquinas e equipamentos ligados a produção, entre outros. Além da isenção do imposto nas exportações, há também um crédito presumido conforme Lei nº 12.058/2009, aumentando ainda mais o saldo credor. Parte desses créditos é compensada com tributos federais e parte será ressarcida em espécie, após a devida fiscalização por parte da Receita Federal.

6.3. IRPJ e CSLL a recuperar

São referentes a impostos recolhidos antecipadamente por estimativa e estão com solicitação de ressarcimento dos valores junto Receita Federal.

6.4. Demais créditos tributários

Referem-se a IPI a recuperar, antecipação da lei 11.941/2017 e atualização pela Selic dos impostos federais com pedido de ressarcimento.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

7. ESTOQUE

Os produtos são registrados pelo custo médio de aquisição ou produção e referem-se basicamente a produtos acabados, referentes a cortes de carne, disponíveis para venda e materiais de almoxarifado na data base do balanço patrimonial da Companhia.

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Produtos acabados	13.472.770	10.126.098
Embalagens	1.221.117	1.058.441
Matéria Prima	-	34.629
Material de uso e consumo	959.026	691.646
	15.652.912	11.910.814

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Operações de mercado a receber	5.720.218	5.225.068
Partes relacionadas (1)	5.344.928	10.038.954
	11.065.146	15.264.022

Os adiantamentos a fornecedores se referem a compra de embalagens e de compra de carne com osso para desossar, agregando assim valor aos produtos e conseguindo um preço de venda melhor no mercado.

(1) Um dos acionistas da companhia possui cotas em outro frigorífico onde são feitas transações entre ambas. São realizadas compras de carne com osso, onde a Companhia faz a desossa, agregando valor ao produto e com isso consegue atender a demanda dos clientes. Essas mercadorias são compradas a preço de mercado.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
IRPJ	1.990.289	15.809.399
CSLL	1.213.766	5.700.023
	3.204.055	21.509.422

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) diferidos referem-se a base de cálculo negativa de prejuízos fiscais acumulados, calculados pelas alíquotas de 9% para a CSLL e de 15% para o IRPJ sobre o prejuízo fiscal mais 10% de adicional de IRPJ aplicado sobre o valor do prejuízo fiscal deduzido do montante de R\$ 240.000,00.

Os valores dos tributos diferidos foram reduzidos em 2017 no valor de R\$ 18.305.367 em 2017 com a compensação dos débitos pela adesão da companhia ao Programa de Regularização Tributária (PERT), conforme descrito em nota nº 13 “Parcelamentos de Tributos e Contribuições”.

Essa foi uma realização importante de saldos de créditos tributários, reduzindo de forma significativa o Passivo Tributário da Companhia e passo decisivo para a volta à normalidade das operações junto às Entidades Públicas.

10. PERMANENTE

10.1 IMOBILIZADO

O quadro abaixo demonstra a classificação dos ativos, assim como sua movimentação durante o exercício e o saldo final.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
Custo				
Computadores e periféricos	635.186	120.205	(18.444)	736.947
Edificações	49.225.445	452.085	-	49.677.530
Máquinas, equip. e instalações industriais	61.722.749	3.027.725	(174.249)	64.576.225
Máquinas e equip. comerciais	186.352	6.021	(85.704)	106.670
Móveis e utensílios	354.782	451.550	(5.687)	800.645
Terrenos	13.805.058	58.929	-	13.863.987
Veículos	507.000	86.328	-	593.328
Aeronave	600.000	-	-	600.000
Benfeitoria em Imóveis de 3º	550.789	2.743	-	553.533
Imobilizado em andamento	-	4.112.483	(3.887.930)	224.552
	127.587.361	8.318.068	(4.172.013)	131.733.415
Depreciação				
Computadores e periféricos	(313.150)	-	(119.191)	(432.342)
Edificações	(14.397.620)	-	(1.808.099)	(16.205.719)
Máquinas, equip. e instalações industriais	(38.217.469)	-	(4.616.877)	(42.834.346)
Máquinas e equip. comerciais	(75.176)	-	(12.031)	(87.207)
Móveis e utensílios	(145.015)	-	(57.343)	(202.359)
Veículos	(449.482)	-	(58.480)	(507.962)
Aeronave	(10.000)	-	(120.000)	(130.000)
Benfeitoria em Imóveis de 3º	(108.374)	-	(110.695)	(219.069)
	(53.716.286)	-	(6.902.718)	(60.619.004)
Saldos líquidos	73.871.074	8.318.068	(11.074.730)	71.114.411

A Companhia efetuou a avaliação da vida útil remanescente de seus bens classificados no ativo imobilizado, conforme as regras descritas na ICPC – 10 – Interpretação sobre aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à propriedade para investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Resolução nº 1.264/09, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas em seus bens são bem próximas às taxas reais.

Em 2017 a Companhia contratou uma consultoria externa para inventariar e avaliar todo o ativo imobilizado das três unidades.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Os bens foram identificados através de placas com numeração e houve também reclassificações entre centros de resultados, alocando os bens onde realmente estavam sendo utilizados e dando a companhia um maior controle sobre seus ativos.

Adoção do Custo Atribuído

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição do custo atribuído para o ativo imobilizado.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa independente em 2010.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Durante o trabalho feito pela consultoria externa foi identificado que alguns bens estavam com o valor superior ao que poderia ser recuperado por uso ou pelas vendas e com isso foram ajustados para o valor presente.

10.2 INTANGÍVEL

Segue abaixo o demonstrativo da movimentação e saldo do Intangível da Companhia.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Houve reclassificação dos centros de resultados e transferências de bens entre as unidades da Companhia, também identificadas pela consultoria externa contratada.

11 FORNECEDORES

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Compra de gado	12.629.281	7.853.145
Diversos	22.082.369	15.630.329
Fretes	2.518.020	2.390.946
	37.229.670	25.874.420

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de matérias-primas, mercadorias, transporte, serviços e outros. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

12 EMPRÉSTIMOS

	Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Desconto de duplicatas	47.457.298	-	39.893.517	-
Capital de giro	20.501.050	11.856.275	24.335.292	-
ACC	602.322	-	-	-
	68.560.670	11.856.275	64.228.809	-

Os empréstimos e financiamentos possuem como garantia notas promissórias ou aval dos acionistas controladores.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

13 PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Parcelamento de ICMS	1.172.455	11.866.433	1.355.661	11.388.526
Parcelamento Tributos Federais	124.089	7.543.393	94.570	7.959.126
Parcelamento de FGTS	33.713	169.065	1.871	249.065
Parcelamento de INSS	919.174	-	797.783	503.869
Total	2.249.431	19.578.891	2.249.885	20.100.585

Parcelamento de ICMS: A Companhia possui parcelamentos de débitos com o estado do Pará, aderidos através da abertura de parcelamentos especiais (PROREFIS) com a redução de multa e juros de alguns débitos em até 90% e serão quitados em até 180 parcelas. Com isso a Companhia vem diminuindo seu passivo tributário de forma que não dificulte o fluxo de caixa para pagamentos.

Parcelamento de Tributos Federais: A companhia aderiu aos parcelamentos especiais instituídos pelas Leis nº 11.941/09, 12.996/2014 e ao PERT Lei nº 13.496/2017, referente aos débitos junto a Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Leis nº 12.996/2014 e 11.941/2009 (Novo Refis e Reabertura): A empresa aderiu a estes parcelamentos de débitos constantes na RFB e PGFN de débitos previdenciários e não previdenciários e vêm efetuando os pagamentos das parcelas mensalmente, onde o parcelamento referente a Reabertura da Lei nº 11.941/2009 será consolidada em 2018 o saldo restante quitado com prejuízo fiscal, enquanto o Refis da Lei nº 12.996/2014 será liquidado em 133 parcelas, com a última em janeiro de 2029.

Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT): Em julho de 2017 a Companhia fez a adesão ao PERT referente aos débitos Previdenciários e não Previdenciários, constantes na RFB e PGFN no valor total de R\$ 29.656.444,17.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Como cada parcelamento individual não ultrapassava o valor de R\$ 15 milhões, foi pago uma entrada de 5% correspondendo a R\$ 1.482.822,20. Após o pagamento da entrada houve uma redução de 70% das multas, 90% dos juros e 100% dos encargos legais, somando uma redução total de R\$ 9.872.252,09 e o saldo restante no valor de R\$ 18.301.369,87 quitado com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL apurados em 31.12.2015.

14 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2016</u>
INSS	9.098.260	22.069.703
Provisão de férias e encargos	3.021.333	2.205.809
Salários a pagar	1.251.201	719.487
FGTS	4.042.922	2.329.981
Outros	1.391.226	1.511.934
Total	<u>18.804.943</u>	<u>28.836.914</u>

INSS: Houve a migração dos débitos constantes em 2016 para o PERT, com a liquidação total em dezembro de 2017, conforme nota explicativa nº 13 “Parcelamentos de Tributos E Contribuições”

15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias são compostas basicamente de impostos retidos de fornecedores pela prestação de serviços e de ICMS, conforme demonstrativo abaixo.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Pis/Cofins	(31.176)	-	757	1.368.268
ICMS	105.618	-	407.388	-
IRRF/CSLL	96.924	-	92.361	-
Pis/Cofins retidos	36.522	-	58.967	-
ISS	24.358	-	4.552	-
Total	232.246	-	564.025	1.368.268

16 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Mercado interno	3.017.475	1.485.823
Mercado externo	18.571.312	19.612.822
	21.588.786	21.098.645

Referem-se a antecipações de clientes dadas como sinal e para garantir o fornecimento, conforme prática de mercado, principalmente para as Exportações.

17 DEBÊNTURES

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Debêntures	4.229.714	4.229.714
	4.229.714	4.229.714

Em 22 de outubro de 1996, a Companhia formalizou em assembleia extraordinária dos acionistas a deliberação sobre emissão especial de debêntures, com base na Lei nº 8.167/91, de 16 de janeiro de 1991, para a subscrição do Fundo de Financiamento da Amazônia – FINAM.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

As Debêntures emitidas somam o valor total de R\$ 4.229.714 e são totalmente conversíveis em ações preferenciais classe "A" sem direito a voto, a partir da data de emissão pela SUDAM, do Certificado de Empreendimento Implantado, conforme art. 5º e 7º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001

Essas Debêntures são garantidas por imóvel operacional de propriedade da Companhia.

Esses títulos terão prazo de carência equivalente à implantação do projeto.

Até o momento, a Companhia não atualizou nem pagou nenhum valor referente a essas debêntures, devido a estar no aguardo da decisão das ações civis públicas ajuizadas nº 2000.39.00.000076-4 e 2000.39.00.002027-8, nas quais se pretende a devolução dos recursos liberados pela FINAM. A Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que essas ações civis não possuem embasamentos válidos, além de que as provas obtidas foram consideradas ilícitas pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ.

18 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Rec. Jud. - Fornecedores	25.739.829	35.217.732
Rec. Jud. - Instituições Financeiras	5.256.632	11.992.804
Rec. Jud. - Outras Obrigações	1.832.599	2.186.030
	32.829.060	49.396.565
Curto prazo	1.875.000	2.975.960
Longo prazo	30.954.060	46.420.605

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Desde o início do Plano de recuperação judicial a empresa vem cumprindo com todos os pagamentos dentro do prazo estipulado. Conforme assembleia realizada no quarto trimestre de 2016, houve uma nova negociação do prazo de pagamento de alguns credores, reduzindo assim a dívida de curto prazo.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2016</u>	
Capital Social	22.560.580	22.560.580	(a)
Ajuste de avaliação patrimonial	20.134.209	23.250.971	(b)
Lucros (prejuízos) acumulados	(82.376.170)	(88.050.282)	(c)
	<u>(39.681.381)</u>	<u>(42.238.731)</u>	

a) Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 22.560.580, representado por 22.349.453 de ações nominativas, sem valor nominal, sendo 8.354.325 de ações ordinárias, que proporciona direito a voto nas deliberações da assembleia, 8.295.128 de ações preferenciais classe “A” e 5.700.000 de ações preferenciais classe “B”, distribuídas da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Capital Social</u>
Xinguara Participações S.A	74,60%
Fundo de Investimento da Amazônia	25,00%
Outros	0,40%
	<u>100%</u>

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

A Companhia poderá emitir ações preferenciais das classes “A” e “B”, as quais não conferirão aos seus titulares direito a voto, mas asseguram as seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição de dividendos mínimos no montante de 6% ao ano, calculado sobre o capital representativo dessa espécie e classe de ações;
- Prioridade no reembolso de capital sem prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Participação integral nos resultados da Companhia de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo com todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1º de janeiro de 2009). A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

c) Distribuição de Lucros

Do lucro líquido, realizadas as provisões legais, deduzir-se-ão 5% da reserva legal, com limite de 20% do capital social.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Do lucro líquido remanescente ajustado pela dedução para a constituição da referida reserva, 25% será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitadas as vantagens legais e estatutárias atribuídas aos acionistas preferenciais.

20 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

- Tributárias: referem-se a discussões na esfera administrativa ou judicial relativas a tributos estaduais e federais.
- Trabalhistas: referem-se, substancialmente, a rescisões trabalhistas e multas de INSS.
- Cíveis: as principais ações estão relacionadas a declarações de nulidade de títulos.

Os passivos contingentes estão relacionados com a área trabalhista, tributária e civil e estão apresentados no quadro abaixo, conforme probabilidade de perda relacionada:

	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	257.820	428.722	686.542
Cíveis	244.033	68.834	312.867
Tributárias	-	2.472.570	2.472.570
Ambientais	-	554.451	554.451
	<u>501.853</u>	<u>3.524.577</u>	<u>4.026.429</u>

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

21 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Carnes e miúdos – mercado interno	512.043.652	530.420.777
Carnes e miúdos – mercado externo	241.084.678	110.619.100
Total da receita bruta de vendas	753.128.330	641.039.877
Devoluções da receita bruta	(36.552.067)	(22.792.911)
Impostos sobre vendas	(9.337.382)	(8.820.194)
Total das deduções da receita bruta	(45.889.449)	(31.613.105)
Total das Receitas Líquidas	707.238.881	609.426.772

22 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Matéria-prima, embalagens e insumos	(575.197.532)	(496.946.985)
Pessoal	(32.580.916)	(25.598.897)
Gastos gerais de fabricação	(18.042.307)	(10.960.344)
Total	(625.820.755)	(533.506.226)

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

23 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2016</u>
Despesas financeiras	(23.527.621)	(27.286.646)
Receitas financeiras	1.150.513	302.258
Variação cambial líquida	(788.892)	(146.973)
	<u>(23.165.999)</u>	<u>(27.131.361)</u>

24 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – RETIFICAÇÃO DE ERROS

No ano corrente de 2017 a empresa alterou saldos de algumas contas patrimoniais, tais como; estoque, cliente, fornecedores e obrigações tributárias, essas alterações se deram tanto por mudança de critério de contabilização, como também por retificação erro imputável a exercício anterior e que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes, como no saldo de algumas contas a receber e a pagar que não eram devidos. Sendo assim esses acertos foram todos lançados na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido e no final do exercício transferido o saldo para a Conta de Lucro/Prejuízos acumulados. Segue abaixo as contas de 2016 que tiveram o saldo ajustado no exercício de 2017 e de valores reclassificados para outras contas.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

ATIVO	2016	A&R	Reclassificação	2016 (ajustado)
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes	133.828	-	-	133.828
Clientes	49.259.829	-	-	49.259.829
Estoques	19.249.412	-	-	19.249.412
Tributos a recuperar	11.910.814	-	-	11.910.814
Adiantamento a fornecedores	15.288.209	88.517	(112.704)	15.264.022
Outros créditos	2.776.653	-	112.704	2.889.357
	98.618.745	88.517	-	98.707.262
NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos	21.509.422	-	-	21.509.422
Depósito judiciais	258.496	(7.962)	-	250.534
Outros créditos	368.166	(8.097)	-	360.069
	22.136.084	(16.059)	-	22.120.025
Permanente Imobilizado	73.871.073	-	-	73.871.073
Intangível	164.924	-	-	164.924
	74.035.997	-	-	74.035.997
TOTAL	194.790.827	72.457	-	194.863.285

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

PASSIVO

	2016	A&R	Reclassificação	2016 (ajustado)
CIRCULANTE				
Fornecedores	25.887.874	(13.454)	-	25.874.420
Empréstimos e financiamentos	64.228.809	-	-	64.228.809
Obrigações tributárias	2.014.256	-	(1.450.231)	564.025
Obrigações sociais e trabalhistas	28.290.112	1.346.456	(799.654)	28.836.914
Parcelamento de tributos e contribuição	-	-	2.249.885	2.249.885
Adiantamento de clientes	21.105.594	(3.237)	(3.713)	21.098.644
Recuperação judicial	2.975.960	-	-	2.975.960
Outros contas a pagar	3.075.641	-	3.713	3.079.354
Provisões para riscos e demandas judiciais	761.114	(366.449)	-	394.665
	148.339.360	963.316	-	149.302.676
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Debêntures	4.229.714	-	-	4.229.714
Obrigações sociais e trabalhistas	8.334.993	-	(8.334.993)	-
Parcelamento de tributos e contribuição	-	-	20.100.585	20.100.585
Obrigações tributárias	13.133.860	-	(11.765.592)	1.368.268
Tributos diferidos	15.680.168	-	-	15.680.168
Recuperação judicial	45.213.504	1.207.101	-	46.420.605
	86.592.239	1.207.101	-	87.799.340
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	22.560.580	-	-	22.560.580
Ajuste de avaliação patrimonial	23.250.971	-	-	23.250.971
Prejuízos acumulados	(85.952.323)	(2.097.959)	-	(88.050.282)
	(40.140.772)	(2.097.959)	-	(42.238.731)
TOTAL	194.790.827	72.457	-	194.863.285

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Saldo contábil ou valor de mercado (R\$ mil)
Disponível	116.587
Contas a Receber	62.201.047
	62.317.634

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores e empréstimos. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Considerando a natureza destes instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

b) Caixa e bancos, títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a pagar

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros, constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio.

O descasamento entre Ativos e Passivos em moeda estrangeira se encontra no quadro abaixo:

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Contas a Receber - Vendas exportação	11.230.191	2.838.318
Adiantamento de Clientes - Exportação ACC	(18.571.312) (602.322)	(19.612.821) -
Exposição Cambial Líquida	(7.943.443)	(16.774.503)

Nota-se que houve um declínio na exposição cambial passiva, ocasionado por um simultâneo decréscimo nos Adiantamentos de Clientes e acréscimo nos Saldos a Receber de Exportação. Com isso, a posição em risco cambial passivo, em Balanço, na virada do ano, equivalia a USD 2,4 milhões.

Porém, para efeitos de gestão do risco cambial, a Companhia também considera os pedidos de exportação ainda não faturados, por também representarem parcela do risco cambial à que a empresa esteja sujeita. Em 31.12.2017, o saldo de pedidos de exportação em aberto totalizava USD 6,5 milhões.

Com isso o risco cambial efetivo na virada do ano era de USD 4,1 milhões ativos, ou seja, para cada 1 centavo de variação da cotação da moeda em questão o resultado da empresa sofre um impacto de aproximadamente R\$ 41 mil.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

A Companhia vem, através de sua gestão de risco, envidando esforços para trazer esse nível de exposição ao próximo possível de zero, podendo usar, entre outras ferramentas, os adiantamentos de clientes, a contratação de empréstimos em moeda estrangeira, e a contratação de ferramentas de hedge cambial junto às instituições financeiras.

c) Risco de crédito

A Administração acompanha de forma disciplinada sua carteira de clientes através do comitê de crédito. Além deste acompanhamento, para mitigar este risco, a Companhia contratou seguro de crédito em 2017 e atua de maneira firme na diversificação de sua carteira de clientes.

d) Riscos financeiros

As atividades da Companhia estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia segundo as políticas aprovadas pela Diretoria.

26 DESÁGIO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 19 de abril de 2013 a Xinguara Industria e Comercio S/A protocolizou pedido de Recuperação Judicial junto a 3ª Vara Cível do Fórum de Recife – PE, sob o número 0030716-08.2013.8.17.0001.

Em 10 de dezembro de 2013 ocorreu a assembleia geral de credores que aprovou o plano de recuperação apresentado, sendo este homologado em 23 de abril de 2014 pelo MM Juízo.

O plano aprovado previa um deságio de 30% sobre os demais credores quirografários, grupo este composto por credores financeiros, clientes, etc.

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

A LRF (Lei de Recuperações e Falências, 11.101/2005) em seu artigo 59, preceitua que com a aprovação do plano haverá a novação da dívida nos termos aprovados, já o artigo 61 diz que caso ocorra o descumprimento do plano ao longo dos 2 primeiros anos após a homologação, os credores teriam seus direitos reconstituídos nos termos originalmente contratados.

Assim, com o cumprimento dos termos do plano pelo período estipulado no artigo 61 e com base na nova renegociação com alguns credores a Companhia reconheceu a receita de deságio dentro do exercício de 2017 o valor de R\$ 11.873.135,32 (Onze milhões, oitocentos e setenta e três mil, cento e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos).